

Página 13 publicou, em sua edição de outubro, a resolução da coordenação sindical nacional da Articulação de Esquerda, criticando o Proifes. Ao receber a edição, o professor João Felício, da executiva nacional da CUT e também da direção nacional do PT, perguntou se nós aceitaríamos publicar um artigo dele sobre o tema; respondemos que sim e avisamos que publicaríamos de imediato uma réplica. Esta é a origem deste encarte sindical do *Página 13* de dezembro, com dois artigos em torno de temas que consideramos estratégicos: como evitar a fragmentação do movimento sindical brasileiro e como fortalecer a CUT.

DEBATE

Proifes é resposta da base ao sectarismo estéril dos sem lutas

*João Felício**

A recente criação do Sindicato Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) é uma firme iniciativa pela liberdade de organização sindical e uma resposta da base das Associações de Docentes contra o sectarismo estéril e atroz assumido pela direção da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes). A decisão de fundar a nova entidade é, pois, evidentemente, uma reação à inconseqüência e irresponsabilidade do PSTU/PSOL que, ao partidarizarem a Andes e subordinarem as reivindicações da categoria aos mesquinhos interesses de correntes, a levaram ao gueto do descrédito e do isolamento.

É inegável que ao longo deste período, ocorreram inúmeras e vitoriosas mobilizações comandadas pela CUT que colocaram no centro a melhoria das condições de vida e trabalho dos servidores federais e, em particular, dos professores universitários. Foram memoráveis as marchas, greves e manifestações contra a reforma da Previdência, em defesa do seu caráter público e da manutenção de direitos, combatendo concepções reacionárias que alegavam um suposto déficit para propagandear a necessidade da sua privatização. Demarcamos campo em defesa da realização de concursos públicos, da necessidade de novas contratações, para que o Estado cumpra com suas obrigações sociais, prestando um serviço de qualidade.

Ao lado da Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), da CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Segurança Social) e de muitas Associações de Docentes, estivemos na linha de frente na disputa pelo papel do Estado e pela valorização funcional. Na mais recente, realizada no começo de setembro, em Brasília, entregamos mais de 500 mil assinaturas contra o projeto de Fundação Estatal de Direito Privado. Enquanto presidente e secretário geral da CUT, lembro claramente das audiências com ministros, dos embates duros que envolveram o conjunto da nossa executiva nacional contra concepções que faziam concessões à agenda de Estado mínimo derrotada nas últimas eleições presidenciais.

No início do governo Lula, como presidente da CUT e depois como secretário geral, participei junto com a direção da Andes de audiências com vários ministros. Em nenhum momento — e a direção da Andes daquele período é testemunha disso —, a nossa Central deixou de defender a pauta de reivindicações apresentada pela entidade docente.

Temos compromisso e consciência do papel que desempenhamos ao longo do último período para afirmar nossos princípios de liber-



dade e autonomia sindical. Afinal, quem tem dirigido as greves de bancários do Banco do Brasil e da Caixa? Quem tem mobilizado as unidades da Petrobrás contra os leilões do petróleo e em defesa de um novo marco regulatório que preserve o interesse nacional? Quem tem ocupado terras e questionado a política agrária, lutado por mais investimentos na agricultura familiar e pelos direitos dos trabalhadores do campo? Quem articulou, organizou e mobilizou a militância para as Marchas do Salário Mínimo, para o reajuste da tabela do Imposto de Renda, pela implementação das Convenções da OIT sobre a negociação coletiva no serviço público (151) e a que coíbe a demissão imotivada (158)? Quem tem atuado junto à Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul em defesa de uma integração latino-americana efetivamente solidária e soberania, contra os ataques do imperialismo à Bolívia, Cuba e Venezuela? A resposta é conhecida e reconhecida pela classe operária e pela sociedade: a CUT. Por mais que a ultra-esquerda infantil teime em negar a realidade, felizmente para o dia-a-dia dos trabalhadores, ela não cede lugar aos tolos devaneios.

Nos defrontamos evidentemente com concepções do PSTU e do PSOL, que representam hoje uma pretensa ultra-esquerda, que aposta no racha do movimento sindical combativo para tentar crescer. A fórmula a cada partido uma central é lesiva aos interesses imediatos e futuros da classe, pois desconsidera algo elementar: quem representa a parte é o partido, cabendo ao sindicalismo unir o conjunto, aglutinar forças para tornar inquebrantável o feixe. Por isso continuamos defendendo a existência de uma única central do campo da esquerda.

O fato é que um expressivo número de Associações de Docentes se recusou a sair da CUT e a ceder à pressão mandonista e divorciada das bases, uma vez que se identificam com nossos princípios, os incorporaram a seu DNA e às suas lutas. Mais uma vez os adeptos dos “sem lutas” vociferaram contra a matemática mais elementar e multiplicam-se os “congressos” e “assembléias” de universidades federais onde a desfiliação foi aprovada em reuniões a portas fechadas com um número risível e irrisório de docentes. Na Federal do Recife, como em tantas outras assembléias esvaziadas, compareceram 21 de um universo de 1600 docentes. No próprio Congresso da Andes, em Curitiba, membros da Executiva Nacional da CUT foram gentilmente “desconvidados” para que não comparecessem aos debates, uma vez que a saída já havia sido decidida “democraticamente” pela cúpula. Frente à sucessão de atropelos ditatoriais da maioria por uma minoria, a única alternativa das ADs foi se organizarem nacionalmente para garantir voz à categoria.

Quando a CUT foi fundada em 1983, surgiu levantando alto a bandeira da liberdade e autonomia sindical, contra a unicidade e pela implantação da Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Assim, os cutistas passaram a criar Confederações e Federações orgânicas, onde não existiam entidades filiadas. Naquele momento, as correntes que neste momento atacam a criação do Proifes-

Na última eleição para a Andes, as lideranças que hoje se unem no Proifes-Sindicato venceram as eleições nas universidades federais, tendo apenas perdido no cômputo final a partir de votos das estaduais paulistas e universidades privadas. Sua base nas federais é, portanto, inquestionável.

Sindicato cerravam fileiras conosco, uma vez que comungavam com essa concepção. Hoje, entorpecidas e deslumbradas com o brilho de seus aparelhos burocráticos, tão sedutores quanto ocos, mergulham fundo na inoperância, no sectarismo e na frouxidão, passando a priorizar o conchavo e a conciliação com velhos inimigos, com quem vociferam juntos contra nós, os que lutamos para mudar arcaicas estruturas. Por mais que teimem em negar o óbvio, são nacionalmente inexpressivos. Quando são maioria, esvaziam as entidades com seu destempero, levando-as à falência, política e econômica. Quando são minoria, tentam de todas as formas e sob os argumentos mais ridículos e oportunistas, a desfiliação da nossa Central, combatendo selvagememente os princípios de liberdade e autonomia. Ou se esquecem da tentativa de criar uma Federação de Sindicatos de Petroleiros vinculada ao PSTU/PSOL contra a combativa e histórica FUP (Federação Única dos Petroleiros), que é filiada à CUT?

No Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindupes), se aproveitaram de uma maioria no Congresso e expulsaram os cutistas da direção do Sindicato, dirigentes que haviam sido eleitos pelo voto dos associados.

Por mais que esperneiem, não podem retirar o direito da CUT e de sua diretoria de se manterem fiéis aos seus princípios históricos. Não fomos nós que abandonamos a causa. A CUT não renega sua história, continuamos sendo o que sempre fomos: uma central da esquerda, de massas, enraizada em todo o território nacional, de combate ao neoliberalismo e ao imperialismo, de luta por um Brasil livre, por uma América Latina integrada, pelo socialismo.

Na última eleição para a Andes, as lideranças que hoje se unem no Proifes-Sindicato venceram as eleições nas universidades federais, tendo apenas perdido no cômputo final a partir de votos das estaduais paulistas e universidades privadas. Sua base nas federais é, portanto, inquestionável.

Por outro lado, a Andes optou por filiar-se a um embrião de central, que é a Conlutas, que representa menos de 2% do movimento sindical brasileiro. Tal filiação, com o atrelamento a uma organização controlada pelo PSTU, é um direito que lhes cabe, da mesma forma que a Andes deve respeitar a decisão majoritária da base de não endossar seu sectarismo.

As alegações utilizadas contra a fundação do Proifes-Sindicato, de que eram maioria, mas não adentraram no recinto — a sede nacional da CUT — porque foram impedidos, e outras asneiras do gênero, são de uma pobreza abissal, à altura da sua inação. Tamanho absurdo não merece nada além do que o desprezo, pela magnitude da tolice.

Mais poeticamente, poderíamos dizer que “a História é um carro alegre, cheia de um povo contente, que atropela indiferente, todo aquele que a negue”. ★

***João Antonio Felício** é secretário Sindical Nacional do PT e membro da executiva da CUT Nacional

Proifes: de onde veio e para onde vai?

Coordenação sindical da AE*

O Proifes não nos parece uma “firme iniciativa da base”. Por razões elementares:

- 1) “firmes iniciativas” não precisam de votos por procuração;
- 2) “firmes iniciativas” não necessitam, para debater os interesses dos trabalhadores, esconder-se sob “proteção” de seguranças privados;
- 3) “firmes iniciativas”, tão distante dos locais de trabalho da categoria, tornam-se frágeis;
- 4) “firmes iniciativas” não conduzem a uma assembléia de fundação de um sindicato nacional, feita na sede da CUT, a portas fechadas, expondo nossa central sindical.

O Proifes surgiu em 2004, portanto antes mesmo de o Andes-SN desfilarem-se da CUT. Surgiu como expressão de um entendimento entre um pequeno grupo de docentes e o MEC, cujo titular na época era Tarso Genro.

Nos anos seguintes, o Proifes, na condição de mera ONG, foi guindado à mesa de negociações entre o governo e a categoria, numa deferência muito especial a quem nem sindicato era.

Portanto, são duvidosos tanto o caráter de “resposta da base” ao sectarismo da direção do Andes, quanto o de “iniciativa pela liberdade de organização sindical”, pois o histórico do Proifes revela uma relação temerária e de interferência do governo numa organização sindical.

E o Andes-SN, para onde vai?

A direção do Andes vem sendo hegemônica, no último período, por uma composição PSTU-PSOL, com uma linha política sectária que o levou ao isolamento e a perda de representatividade perante o governo e sua base social.

A direção do Andes não teve capacidade política para o diálogo com o governo, desconsiderando sua finalidade imediata, que é negociar condições de trabalho e salário com o patrão, sem perder sua radicalidade, independência e conteúdo político-ideológico. Abrindo assim o flanco para os oportunistas de plantão terem a “brilhante” idéia de criar o tal Proifes.

Com uma postura divisionista e sectária, a direção do Andes iniciou o debate de desfiliação da CUT cerceando, nas instâncias de direção e na base, o debate democrático sobre a desfiliação ou não. Com isto, o debate conduziu à posição desejada pela direção: a desfiliação desta entidade histórica da CUT e o conseqüente desânimo, por parte dos cutistas, em permanecer lutando para retomar a direção do Andes e sua filiação à CUT.

Todo este quadro foi aproveitado pela atual direção do Ministério do Trabalho e Emprego, que criou dificuldades para o Andes, suspendendo arbitrariamente o registro sindical da entidade.

Os argumentos de João Felício

A tentativa de institucionalização do Proifes como sindicato nacional é apresentada pelo companheiro Felício como “uma reação à inconseqüência e irresponsabilidade do PSTU/PSOL que, ao partidarizarem o Andes e subordinarem as reivindicações da categoria aos mesquinhos interesses de correntes, a levaram ao gueto do descrédito e do isolamento”.

FOTO: DANIEL GARCIA/Adusp



Então, perguntamos nós: como PSTU e PSOL partidarizaram a entidade, a solução que propomos é criar nossa própria entidade? Quer dizer, a pretexto de combater a estreiteza e o divisionismo desses agrupamentos, vamos fazer a mesma coisa, apenas com sinais trocados?

Então, perguntamos nós: como PSTU e PSOL partidarizaram a entidade, a solução que propomos é criar nossa própria entidade? Quer dizer, a pretexto de combater a estreiteza e o divisionismo desses agrupamentos, vamos fazer a mesma coisa, apenas com sinais trocados?

Para nós, a resposta deve ser outra: não ao divisionismo, descer para a base, reconstruir a unidade cutista, trazer de volta o Andes para a CUT.

Ademais, a tese de perda de representatividade do Andes deve ser relativizada. O sindicato acaba de sair de uma eleição nacional: participaram 13.880 professores em todo o país, dos quais 12 mil (17% dos 69 mil filiados) votaram na chapa única (uma vez que a maioria dos cutistas desistiu de disputar o Andes).

São números expressivos numa votação de entidade nacional. A grande maioria das associações de docentes (ADs) do país continua vinculada ao Andes. No dia 06/09/2008, ficaram do lado de fora da sede nacional da CUT docentes de mais de 30 universidades federais. O companheiro João Felício deve uma informação aos leitores: com quantas ADs conta o Proifes? Será mesmo “um expressivo número”?

Claro que no Andes existem conflitos, provocados, principalmente, pelo hegemônico e orientação sectária do PSTU-PSOL. Não custa lembrar: ainda há setores cutistas dentro do Andes, que não estão convencidos da proposta do Proifes. Estes setores cutistas precisam de apoio para dar o enfrentamento e trazer de volta o Andes para a CUT.

Por outro lado, algumas ADs tradicionalmente controladas pela esquerda caíram em mãos de setores da direita. É o caso da Apufsc (da UFSC) e da Adunb (da UnB), esta última agora dirigida por partidários do ex-reitor Thimoty Mulholland.

Aproveitamos para informar que eleição a que se refere o companheiro João Felício, no texto publicado neste Especial do Página 13, ocorreu em 2004. Depois dela já ocorreram outras duas eleições. Em 2004, a chapa do Andes-AD (“Andes autônoma e democrática”,

do grupo que atualmente se traduz pela composição PSOL-PSTU) obteve 11.413 votos, contra 10.537 votos dados à chapa de oposição capitaneada pela Articulação Sindical e a outros setores da CUT e do PT; e 1.149 brancos e nulos.

É verdade que a votação maior nas estaduais conferiu a vitória à Andes-AD. Mas isso, em si, prova muito pouco. Se, na eleição de 2004 os trabalhadores que já articulavam o PROIFES, conjuntamente com o ministro Tarso Genro, estivessem de fato preocupados em realinhar o Andes-SN nas trilhas da CUT e tivessem participado ativamente da eleição, certamente o resultado teria sido outro.

Para nós, a política correta da CUT seria construir uma chapa de oposição na base do Andes, ir aos estados debater as fragilidades do Sindicato Nacional, propor o fim de um centralismo ultrapassado para uma entidade sindical e do tamanho do Andes. Juntar os cutistas no Brasil inteiro, derrotar o esquerdismo infantil e trazer de volta o Andes para a CUT,

A construção dessa oposição cutista deve ser alicerçada na seguinte plataforma:

- 1) defender a proporcionalidade na eleição para direção, como acontece na CUT e na CNTE;
- 2) lutar pela autonomia das ADs;
- 3) fim do “sindicato orgânico” que centraliza burocraticamente as ADs, tornando-as meras instâncias administrativas da cúpula;
- 4) respeito a soberania das assembléias de base.

O papel da CUT

João Felício dedica alguns parágrafos de seu texto ao protagonismo desempenhado pela CUT na defesa da “melhoria das condições de vida e trabalho dos servidores federais, e, em particular, dos professores universitários”, citando as “memoráveis marchas, greves e manifestações” contra a reforma da Previdência, reforma esta que marcou muito negativamente o primeiro mandato de Lula. Mas omite que o papel desempenhado pela Central, nesta questão tão decisiva, foi tímido e contraditório, quase se limitando a exercícios de retórica.

É altamente positivo que, hoje, a CUT esteja engajada na luta contra as Fundações de direito privado, entre várias outras lutas que, além de nossa participação, merecem nosso aplauso. Contudo, é preciso reconhecer que, ao longo do primeiro mandato de Lula, em vários momentos a fidelidade ao governo pesou mais do que o compromisso de classe e a Central limitou-se a marcar posição. Essa postura deu munção ao divisionismo do PSTU-PSOL e foi um dos fatores que ensejou a saída de vários setores da CUT. O que sem dúvidas enfraqueceu a Central.

Felizmente, no decorrer do segundo mandato de Lula a direção da central tem retomado as lutas, sinalizando maior disposição de enfrentar os erros do governo.

Conclusões

Quem está com a razão? Só o tempo vai dizer. Mas uma coisa é certa: se a prática é o critério da verdade, o Proifres vai ter que dizer a que veio. Uma vez que ele representa apenas os docentes das universidades federais, portanto seu patrão é o governo, logo se verá qual seu comportamento.

Já o Andes-SN, se não abandonar o modelo partidariado de “sindicato orgânico”, com “centralismo democrático”, seguirá perdendo representatividade, especialmente nas instituições privadas. Nelas, ao menor movimento de criação de uma AD, os sindicalistas são sumariamente demitidos. Aliás, cabe perguntar quantas ADs existem hoje nas instituições privadas?

Seja como for, tratar como “tolice” e “asneiras” as denúncias contra o esquema montado para fazer surgir o novo sindicato de docentes é uma atitude contraproducente. A verdade é que havia cerca de 200 professores do lado de fora da sede da CUT pró-Andes, em sua esmagadora maioria professores de universidades federais, e cujo credenciamento foi deliberadamente retardado para não participarem da assembléia. Dentro, havia 115 do time do Proifres. Convenhamos: foi um parto a “fórceps”, do qual a CUT deveria ter sido poupada.

*Texto aprovado pela coordenação sindical nacional da AE

FOTO: DANIEL GARCIA/Adusp



Por qual motivo os professores que atenderam ao chamado do edital de convocação para participar da assembléia de fundação do Proifres, não puderam participar da assembléia, restando a eles ficar protestando do lado de fora da sede nacional da CUT?